

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE:
um olhar sobre as experiências de jovens na Rede de Jovens do Nordeste - PB**

***POLITICAL PARTICIPATION AND YOUTH:
a look at the experiences of young people in the Northeast Youth Network - PB***

Adailson Regis de Oliveira*

Resumo

O presente trabalho é resultante da pesquisa de dissertação em sociologia no PPGS/UFPB em 2016. Teve por objetivo analisar a participação política de jovens que integram ou integraram a Rede de Jovens do Nordeste. Buscou discutir uma das formas de participação política da juventude que se expressa, sobretudo, pela articulação em redes e pela abertura para a atuação em organismos governamentais. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi feita a partir de relatos de 11 colaboradores, sendo 6 (seis) homens e 5 (cinco) mulheres, no sentido de apreender como atribuem significado a suas experiências como atores políticos, sejam nas práticas organizativas e de mobilização sejam como representantes da Rede em organismos governamentais. O período analisado é de 2005 a 2011, quando a Rede é mais atuante no Nordeste, e foram entrevistados jovens que participaram em diferentes momentos da história da Rede. As análises das falas dialogam com o conceito de juventude, entendido como uma categoria mutável que é significada também pelos próprios jovens a partir de suas experiências na família, no trabalho, na escola, na igreja e na política. A participação política é entendida num sentido ampliado envolvendo práticas organizativas de ação direta e de mediação, bem como a elaboração de representações sobre o significado da democracia, da participação e da cidadania. Os resultados mostram não só a contribuição da Rede como espaço de inserção e participação política de uma parcela da juventude, mas de formação humana baseado em novos laços de solidariedade na construção de uma nova cultura política.

Palavras-chave: Rede de Jovens do Nordeste; Juventudes; Participação Política.

Abstract

The present work is the result of a dissertation research in Sociology at PPGS / UFPB in 2016. The objective of the study was to analyze the political participation of young people who are part of the Northeast Youth Network. We sought to discuss one of the forms of youth participation that is expressed, above all, by articulation in networks and openness to work in governmental organizations. A qualitative research was carried out based on the reports of 11 collaborators, 6 (six) men and 5 (five) women, in order to learn how they attribute meaning to their experiences as political actors, whether in organizational and social practices and mobilization or as representatives of the Network in government

* Aluno de doutorado em sociologia PPGS/UFPB/Brasil. E-mail: aregis3@gmail.com.

agencies. The period analyzed is from 2005 to 2011, when the Network is most active in the Northeast, and young people who participated in different moments in the Network's history were interviewed. The analysis of the speeches centers on the concept of youth, understood as a changing category that is also reflected upon by the young people themselves from their experiences in the family, at work, at school, in church and in politics. Political participation is understood in a broader sense involving organizational practices of direct action and mediation, as well as the elaboration of representations about the meaning of democracy, participation and citizenship. The results show not only the contribution of the Network, as a space for participation and political participation by a portion of youth, but of human formation based on new ties of solidarity in the construction of a new political culture.

Keywords: Northeast Youth Network; Youth; Political Participation.

1 Introdução

A presença da juventude nos processos de participação social e política não é algo recente na história do Brasil. Apesar de sermos uma democracia relativamente nova, podemos identificar diversos processos em que esse segmento da sociedade esteve presente, embora de diferentes formas. Nesse sentido, procurarei adiante demarcar alguns desses momentos que acredito ser de relevância e passível de destaque dado o protagonismo da juventude enquanto membros da sociedade civil organizada.

Ao tentar compreender como ocorre o processo de participação da juventude, devemos ter cuidado não só nas constatações conceituais a seu respeito, mas é preciso levar em consideração a conjuntura em que essa juventude se encontra. Dessa forma, no Brasil, temos cerca de 35 milhões de jovens (IBGE, 2012), isso levando em consideração o recorte etário estabelecido pelo governo brasileiro de 15 a 29 anos através da Lei 12.852/2013 (BRASIL, 2013), que cria o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens.

Dentre esses direitos, registra-se o reconhecimento de uma diversidade significativa do ponto de vista social, cultural e político.

O Brasil é um país extremamente adensado por uma população majoritariamente urbana, que consigo traz uma série de elementos para pensar a realidade, e em especial a dos jovens. Esse modelo de urbanização da sociedade proporciona problemas que são comuns desses espaços, como a violência, a prostituição, o consumo de entorpecentes, a

ausência de oportunidades, sejam elas de trabalho, de uma educação de qualidade ou até mesmo de poder viver seu tempo livre de forma saudável.

O fato descrito acima não significa dizer que é a total situação dos jovens no Brasil, nosso desejo é chamar atenção para o fato de que isso ainda é parte da realidade. Apesar dos significativos avanços no sentido de mudança desse quadro, algumas mazelas sociais persistem de modo a desafiar a sociedade na busca por soluções.

É necessário que existam políticas públicas que possibilitem o melhor desenvolvimento dos jovens e que contenham a onda de violência, principalmente a dirigida contra jovens negros da periferia. Outro aspecto relevante é a necessidade de espaços que visem sentidos de emancipação da juventude, que, a meu ver, pode ocorrer pela via do trabalho, da educação, da cultura, mas principalmente pela política, considerando que por meio da participação política é possível projetar uma perspectiva emancipatória da juventude.

Chego, então, ao nosso problema: a participação da juventude. Para muitos, um tema recorrente, porém não esgotado. Inúmeras são as experiências de participação a serem registradas e refletidas pela sociologia, não só da juventude, mas de maneira geral. No escopo desta pesquisa, estudar a participação política da juventude significa refletir como essa participação ocorre atualmente, quais elementos a constituem, quais as trajetórias dessa participação. Como pensá-la em tempos de descrédito das instituições políticas brasileiras? Principalmente quando se pinta uma certa apatia política por parte dos jovens, mas que é um efeito da mídia, um recurso dos meios de comunicação de massa em conduzir um “imaginário social” que compreenda a participação política da juventude em um estado de sonolência, e que não reage diante das situações políticas brasileiras.

Contudo, ao contrário do que se desenha, a juventude brasileira tem dado sinais constantes de permanente presença nos rumos políticos do Brasil. Observando as manifestações ocorridas em junho de 2013, por exemplo, vamos ver a organização de jovens nas diversas formas de manifestação que assumiram novos formatos, caracterizados por modelos não hierarquizados e com a centralidade do uso das tecnologias a seu favor. Estes movimentos são distintos dos movimentos sociais tradicionais, pois, segundo Gohn (2014), são compostos predominantemente por jovens

escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das formas tradicionais da política.

Todavia é importante questionar se de fato esses jovens que se apresentam estão realmente sendo autores de sua própria ação. Como se posicionam? Como exercitam a sua participação política? Em que espaços a exercitam? Uma forma bem presente tem sido a participação nos canais institucionais da juventude que apresentam, como todo espaço, alguns limites, haja vista que não atingem a grande maioria dos jovens. A meu ver, isto ocorre devido ao pouco interesse dos entes públicos em que haja uma maior presença da sociedade no controle social das políticas públicas. É a partir dessas reflexões que busco pensar a participação política, em especial da juventude.

Para isso elegi a RJNE (Rede de Jovens no Nordeste) como objeto desta pesquisa por acreditar na sua contribuição dada a juventude na Paraíba, mas não só isso. A RJNE apesar de ter seu processo de constituição estimulado por meio de uma organização não governamental (EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares), ela congregou movimentos sociais ao longo de sua história.

A Rede de Jovens do Nordeste - RJNE/PB é uma articulação/organização de juventude formada por organizações, entidades e grupos da região Nordeste que se articula em núcleos nos quais existem 09 representantes, cada estado constituindo um núcleo. Possui uma organização interna baseada num modelo horizontal, rompendo com a lógica da hierarquia, no qual todas as deliberações são coletivas. A RJNE surge em 1998, a partir de uma articulação entre jovens dos estados de PE, PB e RN, que ao voltarem da 1ª Escola Latino-americana de Lideranças Juvenis, que aconteceu em novembro de 1997 no México, tiveram a proposta de formar e constituir uma articulação de jovens que discutissem e pautassem a juventude nordestina (RJNE, 2007).

Assim, nosso objetivo é entender como os jovens integrantes da RJNE/PB atribuem significado a sua participação na Rede de Jovens no Nordeste. Que momentos destacam como mais significativos e como avaliam sua participação nessa organização.

O caminho escolhido para a realização da pesquisa foi a adoção da pesquisa qualitativa, que, segundo Richardson (1999), é aquela que tenta compreender características situacionais ou comportamentos apresentados por entrevistados. A escolha

pela pesquisa qualitativa ocorre justamente devido à necessidade de um contato mais próximo com o objeto, não sendo possível, a meu ver, estabelecer esse contato com outro método.

O lócus da pesquisa é o estado da Paraíba, tendo como espaço temporal o período de 2005 a 2011. Ressalto que essa definição não é fixa, uma vez que será necessário pinçar elementos de outros períodos que não estes, considerando a necessidade de fazer interfaces com outros momentos. O período escolhido justifica-se por ser um momento de intensa atuação da Rede de Jovens do Nordeste no estado, principalmente no debate das políticas públicas de juventude. Nesse espaço temporal, a RJNE atuou de forma incisiva na organização de grupos juvenis e na difusão da necessidade de se implantar aparelhos institucionais de fomento às políticas públicas de juventude.

Para contribuir com a pesquisa, optei por realizar entrevistas com jovens e não jovens que participaram e participam da RJNE em diferentes momentos de sua história, procurando abranger a diversidade de jovens em termos de gênero, raça, credo e orientação sexual. Ainda nesse sentido, procurei ter o cuidado de abranger geograficamente áreas que a RJNE tem ou já teve algum tipo de atuação, de forma a garantir uma representação dos seguintes núcleos na Paraíba: Litoral (João Pessoa, Bayeux, Santa Rita), Brejo (Guarabira e Solânea), Borborema (Campina Grande) e Cariri (Cabaceiras). Dessa forma, entrei em contato com 11 (onze) colaboradores, sendo 6 (seis) homens e 5 (cinco) mulheres, que, a meu ver, poderiam contribuir no exercício de reflexão da experiência vivenciada na Rede de Jovens no Nordeste aqui no estado.

Além disso, busquei garantir as diferentes experiências de participação política juvenil, que vão além dos espaços geográficos em que se encontravam, mas sim em suas áreas de atuação. Entre os/as entrevistados/as tem-se indivíduos ligados ao movimento LGBT, ao movimento negro (em especial de mulheres negras), ao movimento cultural, a grupos indígenas e a religiões de matriz africana, como também jovens cristãos.

O artigo está organizado em três seções. Inicialmente faço uma apresentação da Rede de Jovens do Nordeste, em especial na Paraíba que é foco de nossa pesquisa, contado um pouco de sua história, formação e organicidade; em seguida, exponho a percepção dos colaboradores da pesquisa sobre diversas questões que dialogam com o tema e análise do que é a participação política dos jovens; por último, apresento algumas

considerações sobre a Rede de Jovens do Nordeste e fatos sobre os quais foi possível refletir a partir dos dados da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, disponível no repositório de dissertações e teses da UFPB.

2 A Rede de Jovens no Nordeste

Nesta seção, desenvolverei uma observação sobre elementos que são marcadores da prática da Rede de Jovens no Nordeste (RJNE), e o caminho escolhido para identificar esses aspectos foi o contato com membros e ex-membros da RJNE, a fim de que a reflexão aqui desenvolvida parta dos significados atribuídos pelos jovens às suas práticas na vivência com a Rede de Jovens no Nordeste.

Antes de nos debruçarmos sobre a contribuição dada a este trabalho pelos colaboradores da pesquisa, faremos um breve relato de como a rede surge no Nordeste, um pouco de sua organização e composição para contribuir na compreensão do objeto em questão. Para isto, farei uso de minha memória, por também ter vivenciado diversos momentos da Rede na Paraíba, como também em materiais sistematizados pela RJNE (2007), “Vivi e Conte: **Experiências da Rede de Jovens no Nordeste**”, da “**Cartilha sobre Conselhos Municipais de Juventude**” produzida pela ASTELIAS/RJNE, assim como pela fala dos entrevistados.

Dessa forma, a RJNE/PB esteve articulada em 05 subnúcleos: Litoral, Borborema, Brejo, Cariri e Sertão. Durante a realização da pesquisa de mestrado em sociologia/UFPB, entre os anos de 2014 a 2016, a RJNE encontrava-se com três núcleos articulados, referentes às seções Brejo, Borborema e Litoral. Esses subnúcleos são compostos por organizações juvenis ou grupos não institucionalizados, ONGs que trabalham com a temática juvenil, entidades parceiras que contribuam com o fortalecimento desses grupos. Nesse sentido, é importante ressaltar que o surgimento da RJNE também teve incentivo da EQUIP, que possibilitou, por meio de assessoria e acompanhamento pedagógico, o processo de formação e articulação nos nove estados do Nordeste.

A RJNE promoveu atividades sobre participação política, participação cidadã, conselhos de políticas públicas, campanhas a favor do voto consciente, contra o extermínio da juventude negra, intercâmbios entre jovens do campo e da cidade, além de

estar presente em conferências e conselhos de políticas públicas. Essas ações assumiam formatos de seminários, análises de conjuntura, oficinas, encontros e intercâmbios ocorridos principalmente no recorte temporal da pesquisa, justamente por se tratar de um período em que as discussões acerca de políticas de juventude estavam “na ordem do dia” do debate público. Outro elemento a ser considerado é que, tratando-se de uma rede, as ações tomam um alcance muito maior, não ficam restritas ao espaço físico de realização.

Neste momento, procurarei observar aquilo que a RJNE denomina de “metodologia de trabalho com jovens”. Para ela, sua atuação metodológica está baseada nos princípios da educação popular, configurando um modo de agir junto às classes populares, ou seja, entre excluídos, vítimas de opressões e discriminações.

[...] tem como processo metodológico a educação popular desempenhando um papel de fundamental importância na forma, nos encaminhamentos das ações e perspectivas aonde quer chegar, ampliando as vozes juvenis na formação política desses jovens, despertando o potencial que há em cada um e assim contribuindo na afirmação dos mesmos como sujeitos políticos, jovens capazes de transformar a sua realidade (RJNE, 2008, p. 10).

A educação popular é vista como uma opção política, buscando estimular a formação de sujeitos políticos ativos, capazes de assumirem suas lutas pela transformação da sociedade (OLIVEIRA, 2016). O caráter formativo da rede é um de seus principais pontos de atuação, sendo possível constatá-lo nas atividades desenvolvidas: seminários, festivais, encontros; atividades coletivas: oficinas de teatro, de dança, de música, de poesia e rodas de diálogo.

É nessa construção coletiva que a Rede acredita despertar o que ela denomina de consciência crítica na juventude, no intuito de transformar sua realidade, visando a construção de uma ética política de ler o mundo, desencadeando o processo de emancipação dos indivíduos. A este respeito, Gohn (2008) nos diz que essa emancipação só é real e proativa se for construída no seu cotidiano. Ou seja, a prática cotidiana é que determina o nível de emancipação produzida pelas ações dos movimentos sociais.

Além do aspecto formativo, a Rede desenvolve ações de mobilização, a exemplo de campanhas de participação política de combate à corrupção, pela efetivação das PPJ's (Políticas Públicas de Juventude). Temos a articulação de duas perspectivas: a formação e a mobilização, como é possível evidenciar nas falas a seguir. Porém, antes de seguir, é

preciso registrar que as falas apresentadas aqui foram coletadas com integrantes da RJNE durante a realização da pesquisa do mestrado em sociologia/UFPB.

A rede tem dois aspectos. A ação em rede é uma ação formativa, isso é muito bacana porque você aprende fazendo, e a ação em si de formação tem uma característica de tá envolvendo a participação e educação popular envolvendo e abrindo os caminhos para outros (MILITANTE I).¹

Estratégias como produção de documentos, cartilhas, livros, cartas, manifestos, são uma forma de disseminar uma cultura política diferente, uma prática política que busque envolver mais seus participantes na construção de um novo projeto de sociedade. A articulação da teoria e prática tem, como diz a própria Rede, um sentido estratégico: o de possibilitar a aprendizagem na prática dos jovens que dela participam.

Gohn (2008) afirma que só é possível estabelecer um processo de autonomia quando os indivíduos estabelecem um campo ético político de respeito ao outro, quando aceitam as diferenças e o sentido único dos outros. Sob este aspecto, a Rede concebe que isso ocorre dialeticamente com a articulação entre teoria e prática, atualizando o conhecimento a cada momento, as possibilidades e limites. Esse exercício ocorre devido ao papel ético-político e à ação educativa que, sobretudo, articula-se no plano da objetividade e subjetividade (RJNE, 2007, p. 14).

É no processo de reconhecimento, enquanto sujeito, que esse projeto ético-político “se forja”; é no encontro de suas identidades e no aceitar as diferenças que os jovens se colocam no mundo como sujeitos em processo de mudança constante, frente à sua realidade, adquirindo possibilidades de transformá-la.

A metodologia utilizada pela Rede possibilita uma maior interação entre os jovens, assumindo um caráter mais intimista, em que podem se expressar, expor suas ideias, sentimentos percepções. Essa perspectiva garante que todos possam ser ouvidos e valorizados. A RJNE tem como objetivos:

- Fortalecer o movimento juvenil através das suas organizações;
- Contribuir para sua maior organização juvenil proporcionando espaços de formação e conscientização, dando ênfase ao protagonismo juvenil;

¹ As falas apresentadas são oriundas das entrevistas realizadas durante a pesquisa de mestrado em Sociologia da UFPB, 2016, estão representadas por letras do alfabeto para preservar os colaboradores.

- Proporcionar relações de parcerias entre as organizações e movimentos juvenis que possibilitem a intervenção qualificada no âmbito das “Políticas públicas de/para/com a juventude”;
- Sistematizar e socializar informações, conhecimentos e experiências a partir das práticas das organizações-membros (RJNE, 2010, p. 02).

Sua atuação é baseada no fortalecimento dos segmentos juvenis, principalmente de espaços formativos que possibilitem a disseminação do conhecimento, tornando-se instrumentos para que os jovens possam intervir na formulação e monitoramento de políticas públicas “de/para/com a juventude”. A missão assumida pela RJNE demarca o campo em que está inserida, estabelecendo que seu diálogo é dentro do campo democrático e popular, atuando na cidade e no campo, sempre orientando-se a favor das lutas contra qualquer preconceito de gênero/raça/etnia ou religião. A RJNE define o protagonismo juvenil por ela desenvolvido nos seguintes termos:

O “ator” não é individual, mas se trata de uma ação coletiva de afirmação da identidade juvenil, baseada nos princípios do respeito à diversidade, da valorização das várias expressões juvenis, da busca pela cidadania, uma ação que quer mudanças sociais e culturais (SOUZA JUNIOR, 2007, p. 9).

Apesar de, o autor abaixo, ressaltar a formação de redes juvenis por grupos dispersos, no caso da RJNE, existe uma organização forte estabelecida. São grupos que, nesse caso, não estão dispersos, mas são organismos que já têm uma vida política estabelecida que agora se encontram em um novo formato de rede para ampliar ainda mais seu raio de atuação. Vejamos:

Movimentos juvenis tomam forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados imersos na vida diária. Elas são um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativo são testados e colocados em prática (MELUCCI, 1997, p. 13).

O formato em rede possibilita uma maior circulação de informação e formação, bem como a troca de saberes e o fortalecimento de suas ações. Além disso, na organização em Rede, é possível estabelecer um processo de descentralização e horizontalidade na tomada de decisões. Quanto a esse elemento, é importante ter atenção, uma vez que os espaços institucionais exigem, impõe uma postura diferenciada da vivência dos movimentos sociais, ocorrendo conflitos de identidade/representação, as ações coletivas são regidas por lógicas diferentes, ocasionando para quem assume um espaço de gestão

situações complexas, sendo necessário conciliar os interesses dos grupos juvenis com o dos governos.

3 Percepções dos jovens participantes da RJNE

Abaixo apresento, a partir da fala dos participantes da pesquisa, suas percepções sobre alguns temas que identificamos relevantes, e destaco os seguintes processos: 3.1) Articulação/desarticulação; 3.2) As experiências na gestão de políticas públicas; 3.3) Experiência nos conselhos de políticas públicas; 3.4) Dos processos de formação.

3.1 Processos de articulação /desarticulação

Os processos de articulação/desarticulação abaixo descritos compreendem diversos aspectos, dentre eles estão as articulações com governos, em várias esferas e sua influência política, e com os movimentos sociais.

As falas abaixo também evidenciam elementos que atrapalham o processo de organização e articulação da RJNE na Paraíba. Dar destaque a isso significa somar à reflexão sobre como situações práticas contribuem para elementos desarticuladores, por exemplo: a influência de elementos externos à Rede, o aspecto financeiro que inviabiliza a execução de atividades, as influências político-partidárias.

É um espaço de articulação importante. Portanto, a ausência de recursos a impede de balançar. Acho que a fase inicial da RJNE teve uma efervescência maior, porque era ligada a uma organização que acreditava no potencial da mesma e fazia um investimento grande na formação e articulação. Contudo, avalio que a dinâmica precisa ser repensada. A caracterização da Juventude da atual conjuntura se modificou. A forma de se organizar já não é mais a mesma e é necessária uma mudança na sua forma de articular-se (MILITANTE A).

Percebe-se como esse processo de articulação é importante para esses jovens. Porém os colaboradores ressaltam a necessidade de uma mudança no processo de articulação, destacando que a juventude mudou e que é preciso acompanhar essa mudança. A juventude é uma categoria dinâmica, de fato passa por mudanças, e não só a RJNE, mas qualquer movimento que envolva a relação com jovens, precisa refletir sobre suas práticas, em que medida elas ainda refletem os anseios das juventudes. Isso não

significa dizer que seus princípios irão mudar, mas a forma de dialogar com estes jovens é que precisa ser repensada.

O elemento financeiro é visto como efeito complicador e inibidor de desenvolvimento de continuidade de suas ações; além disso, afirma o entrevistado, o envolvimento político-partidário “fragiliza os passos”. No trecho abaixo, vamos ver a continuidade dessa questão em que a Militante “D” afirma que até certo ponto essa relação é positiva, porém chega a um momento que não é mais saudável.

Algumas vezes era positivo, no sentido de facilitar algumas coisas de conseguir por exemplo: articulação com o governo do estado pra contribuir com a realização das nossas atividades né, no que diz respeito ao envolvimento de outros jovens, sabe, no estado mas atrapalhava no sentido de que, na minha visão alguns pensamentos na forma de como conduzir o processo era diferente, tinha gente que era a favor que a juventude partidária tivesse representação dentro da rede de juventude no nordeste, outros diziam que não, porque ia atrapalhar o processo, mas a maioria era partidária de alguma forma, os partidos influenciavam ali dentro, mesmo não tendo representação partidária, por exemplo, o JPT, JSB e UJS né, mesmo não tendo esta representação lá mas estavam lá (MILITANTE D).

Santos, Serafim e Pontual (2008) chamam atenção para o cuidado que movimentos e organismos sociais devem ter na relação com o Estado enquanto governo. Para eles, isso pode ser um complicador na sobrevivência dos movimentos, principalmente quando se refere à autonomia do movimento social.

A possibilidade de interferência nos rumos dos movimentos sociais é um fato recorrente na construção dessa relação entre a sociedade civil e o Estado. É fato presente, principalmente quando se trata de tentativas de cooptação ou de tutela de organizações interferindo sobre sua atuação. No caso da Rede, sublinho a força do aspecto econômico que mais uma vez aparece sendo uma característica desestabilizadora, fragilizando suas relações, abrindo espaço para ingerência em seu cotidiano.

Não, na verdade não, a ideia é mobilização, a rede tem característica de mobilização social, ela nasce de movimento social defende a participação do grito dos excluídos, nas caminhadas com a juventude negra, mobilização de características sociais de dentro e principalmente espaços de formação dialoga muito com isso, mas eu acho que por conta dos projetos executados durante este período a rede focou muito com a relação com o Estado, mas não é o objetivo comum (MILITANTE, G).

Como disse o colaborador, a Rede assume uma característica de mobilização não voltada apenas à uma relação direta com o Estado, no que diz respeito aos espaços de participação institucional, e que essa característica deriva de um fator específico da execução de projetos voltados nesse sentido. Além disso, refere-se a um período em que o momento político do país estava voltado para o debate sobre as Políticas Públicas de Juventude, a criação dos conselhos de juventude e outros mecanismos de fomento das políticas públicas.

Ser rede é fazer parte de uma articulação e fazer parte é ser um ponto dessa articulação, um ponto que mobiliza, que articula, que faz e que se afirma, que enfim... ser rede é isso, é um ponto numa articulação que se identifica, que se afirma, que tá conectado com ideias com pensamento com a política com a ação com intervenção né, mas por que se colocar em rede? (MILITANTE I).

A esse respeito, Gohn (2010) aponta que no Brasil, a partir dos final do século XX e início do século XXI, a construção de novas articulações entre as organizações civis, associações e ONG's, com vistas a organizar as ações, se deu a partir da construção de redes sociais com as mais diversas temáticas. A autora estabelece três grupos de classificação dessas redes: 1) movimentos ligados a grupos identitários na luta por direitos; 2) movimentos por melhores condições de vida, por terra, moradia e alimentação; e 3) movimentos globalizantes que atuam em redes sociopolíticas articuladas em fóruns, plenárias etc. Como a própria autora define, essas redes se entrecruzam, ou seja, não se luta por terra caso não se tenha identidade. A luta pela terra ou por melhores condições de vida não é localizada, isto é, seu efeito não é apenas local.

A Rede de Jovens no Nordeste, apesar de se aproximar mais do primeiro modelo apresentado pela autora, ultrapassa os limites dessa classificação quando estabelece relações com outros organismos, assumindo pautas e lutas que, não necessariamente, nasçam a partir de si. De toda forma, a articulação em rede apresenta também limites: geográficos, econômicos e até de reprodução, isto é, de renovação de quadros para a sua manutenção. São elementos que podem dificultar sua atuação e funcionamento:

O trabalho da rede é bem assim também aí com a juventude, lá temos uma dificuldade porque uma aldeia fica distante uma da outra, e isso dificulta a comunicação, tem dois jovens indígenas que representam aquelas aldeias, são 33 aldeias e cada aldeia tem seus jovens, só muitas vezes não dá para eles

participarem. Tem o repasse, mas, às vezes, a internet não é legal para as pessoas usarem nas aldeias, até o celular é bem complicado e olhe que eu moro mais próximo do município, daí a gente tem essa questão dos jovens, a gente junta e faz reuniões gerais com todo mundo e acaba promovendo alguns eventos que é voltado justamente para juventude (MILITANTE M).

Castells (2013), ao se referir a transformação da sociedade em rede, chama atenção para a composição das redes de movimentos sociais, seja na e pela internet, seja no espaço urbano, é esse movimento que possibilita a eliminação de fronteiras, hierarquias, e que não necessita de uma organização vertical para repassar informações. Outra característica que o autor apresenta é que o formato de organização em rede possibilita maior participação, uma vez que não existem fronteiras. A relação entre o espaço cibernético e o espaço urbano vai desembocar naquilo que o autor denomina como forma de questionar a ordem institucional estabelecida. No caso da rede de jovens, o espaço urbano e o espaço digital têm sua relação, porém diferente dos movimentos estudados pelo autor. Por possuir características conjunturais, a RJNE nasce no espaço urbano e rural, ampliando suas ações para outros espaços. É preciso registrar também que o aspecto da internet é importante, porém não o considero um elemento forte, no caso da RJNE, devido ao fato dos encontros presenciais ainda serem uma característica necessária ao seu cotidiano de organização. De toda forma, a RJNE tem algumas características que se assemelham as que Castells (2013) atribui aos movimentos em redes virtuais, como a horizontalidade e a ampliação da participação; essas características, porém são atravessadas por tensões.

3.2 A experiência na gestão de políticas públicas

Aqui, meu intuito é verificar como os nossos colaboradores refletem sobre suas experiências na gestão pública. Nem todos foram agentes ou tiveram algum tipo de experiência no serviço público. Vejamos o que diz uma das entrevistadas:

Acho que sempre foi muito mais difícil, apesar de ter crescido muito, é um espaço onde não desejo mais estar. A compreensão do poder público sobre a política de juventude ainda não é madura, e acredito que ainda é preciso avançar. É necessário compreender o potencial econômico, social e político das juventudes brasileiras. A juventude ainda é vista, para esse poder específico, como um seguimento “transviado” e pouco merece atenção (MILITANTE A).

Para ela, o descontentamento em sua passagem como gestora de uma política de juventude demonstra o quanto existem limites na condução da política de juventude. Remetendo à incompreensão do Estado, enquanto poder público, sobre as possibilidades de investimento na juventude, pois ela ainda é vista — de acordo com as primeiras concepções sobre os jovens — como um problema (GROPPO, 2001).

Na minha trajetória, tive oportunidade de trabalhar também na gestão pública, atuando numa secretaria de estado para polícias de promoção da igualdade racial. Avalio que a experiência foi positiva, no sentido de ter conseguido vivenciar o outro lado do processo (para além de pensar, executar a ação, política pública). Aqui também identifiquei grande importância a participação na RJNE, pois foi nas suas formações que eu pude compreender como funcionam estes espaços, orçamentos públicos (PPA, LOA, LDO...). Contudo não era nada fácil ser uma gestora jovem, negra, pobre, de candomblé, neste lugar. Ali pude vivenciar o mais forte das relações de poder, do racismo institucional (MILITANTE B).

Trabalho hoje na secretaria do governo de articulação política da prefeitura municipal de João Pessoa. Tô como chefe de gabinete, comecei como coordenador de articulação política que é quem faz a relação institucional entre os movimentos sociais e a prefeitura, não só em mediação de conflito mas em relação às institucionalidades e agora tô como chefe de gabinete, e não tenho dúvida que o espaço em que estou certamente resultante da formação que eu tive dentro da rede e os processos que antecedeu a ela, antes tava no orçamento participativo talvez por conta destas características também (MILITANTE H).

O entrevistado (H) atribui sua contribuição nos espaços públicos devido à participação junto aos movimentos sociais, uma “formação recebida dentro e fora da rede”, assim como a entrevistada (B) que reflete como positiva a experiência na gestão pública. Ela atribui às atividades desenvolvidas pela Rede de Jovens no Nordeste, um dos fatores importantes para seu desempenho. Todavia ressalta um elemento presente nas relações institucionais: o racismo, e como isso interfere nas relações de poder no espaço público.

Na próxima fala, verificaremos como isso é evidente, devido a não se ter um carimbo de uma família influente, ou de uma tradição política, resquícios do coronelismo, fisiologismo e de práticas da política tradicional, a distinção e falta de reconhecimento se sobrepõe à capacidade, qualificação em assumir esses espaços.

Tem que quebrar esse paradigma que não é fácil, as pessoas já olham e tá!!! É você?! Como se você fosse mais um nesse processo, tem que mostrar as pessoas que são diferentes, eu não deixei de ser o que sou por estar ocupando esse espaço, mas o que eu sou me dá condições suficiente de conduzir esse

espaço, o que eu sou, o que fui... a minha cor, minha idade não nega minha capacidade, eu não sou diferente por estar ocupando esse espaço de qualquer um, quer seja branco, negro, pobre, do campo da cidade, eu sou uma pessoa que tá lá pra ajudar no processo. Isso é talvez a tarefa que mais incomoda e a partir daí colocar tudo que a gente viu na caminhada em prática, MILITANTE I).

O entrevistado aponta que é preciso superar esse estigma e fazer diferente, superar as velhas práticas, chegando a afirmar que quem passou pela “experiência dos movimentos juvenis” deve criar alternativas e ultrapassar as barreiras que estão postas. Destaca também as dificuldades em gerir a máquina pública, por desconhecimento e falta de experiências, por estar sempre do lado de cá, pois “ser vidraça é diferente de ser pedra”. O depoimento evidencia a formação de um gestor com uma sensibilidade diferente, capaz de pensar estratégias inovadoras para garantir a participação de outros indivíduos que se encontram fora do circuito de acesso a informações.

3.3 Experiências nos conselhos de políticas públicas

Em relação aos conselhos de políticas públicas, em especial de juventude, ocupados por nossos colaboradores, registram a contribuição dada pela Rede de Jovens no Nordeste/PB na constituição de organismo de apoio à juventude. Seja na articulação/mobilização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas.

Teixeira (2001) afirma que essa nova institucionalidade resulta na criação de espaços de diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Apesar de esta relação ser conflituosa em alguma medida, tem significado um avanço no acompanhamento das políticas públicas. Todavia o autor ressalta que existem limites, tais quais a falta de capacitação dos conselheiros e o caráter consultivo de alguns instrumentos, que têm reflexo em seu nível de confiabilidade.

Abaixo, os entrevistados apresentam suas experiências nos conselhos de políticas públicas:

Acho que primeiramente é importante avaliar nossas contribuições na formulação sobre o que é conselho. Este foi um momento importante. Em seguida, teve uma participação grandiosa na formulação da lei do Conselho Municipal de João Pessoa, onde conseguimos fazer uma lei junto com outros vários movimentos de juventude aqui na cidade. Deste conselho estive presidente um ano, enquanto gestora anos mais tarde. Depois participamos

efetivamente das lutas pela regulamentação e implantação do CEJUP — Conselho estadual — junto ao ministério público da Paraíba. Estive recentemente também como vice-presidente na condição de gestora estadual, e nesse espaço contribuí com a formação de mais cinco outros conselhos espalhados no estado: Cajazeiras, Matureia, Bananeiras, Solânea e Patos (MILITANTE A).

Na fala acima, nota-se como foi o processo de envolvimento dos jovens ligados à RJNE na busca pela implantação dos instrumentos de participação política da juventude via caminhos institucionais, com experiências não só estaduais, mas também municipais, demonstrando a capilaridade e o alcance da RJNE enquanto atuação interiorizada.

Atuei no Conselho Estadual de Juventude e em um comitê de juventude no CONDRAF, representando a Rede, no conselho estadual tivemos muita dificuldade principalmente pelo espaço de onde sou que é o rural, o conselho nesse período tinha muitas limitações e funcionava com dificuldades, sem de fato pode pautar as PPJ's. Já no comitê do CONDRAF além de ser uma discussão a partir da minha realidade rural, e com uma dinâmica de construção mais estruturada conseguimos dar uma contribuição maior (MILITANTE L).

Todavia os aspectos estruturantes (condições de execução) das políticas públicas podem dificultar a participação mais efetiva dos jovens, de modo a impossibilitar sua presença. Isso ocorre, principalmente quando o/a jovem reside em locais mais distantes dos grandes centros e quando o poder público não garante a infraestrutura necessária para a manutenção desses mecanismos de participação.

Foi quase frustrante, mas foi um bom aprendizado, interessante porque eu acompanhei o conselho desde 2005 quando a lei foi mandada para assembleia no momento do PSDB, mas era uma lei muito restrita, centralizadora e pouco representativa. [...] Mas a implementação demorou em ser feita, a primeira eleição do conselho, a gente teve que entrar com uma ação no ministério público. Depois foi feita a eleição, mas não se fazia reunião, não se mobilizava, o governo não garantia estrutura mínima de funcionamento. Foi esvaziado o conselho, parte das cadeiras foram saindo. Abandonaram o conselho das representações. Ah! Posteriormente foi feita uma reposição do conselho. Também foi as duras penas fazer o conselho funcionar, a partir da eleição de presidente a gente tinha duas preocupações como conselho estadual, eu acho que uma que aí já tava no governo do PMDB, uma era fazer que o Governo do Estado percebesse que existia um conselho, e outra coisa, por exemplo, era garantir que o conselho funcionasse posteriormente, a primeira coisa por exemplo aprovar o regimento interno do conselho. (MILITANTE H).

Aqui, observo alguns limites dos processos participativos e de implementação da política; o desafio não é só criar o instrumento de participação, mas fazê-lo funcionar. As

duas experiências citadas acima expressam bem isso, uma vez que o papel do conselho no controle social das políticas públicas é, muitas vezes, limitado pela ausência de recursos, investimentos que garanta a mobilidade, deslocamento, estrutura básica, o que compromete o monitoramento e acompanhamento de tais políticas.

[...] em 2011, teve uma outra eleição e coloquei meu nome e sou eleito, vamos ocupar o conselho (CNJ), foi que tive noção da política nacional de juventude. Na verdade, o conselho nacional é uma réplica de muitos com sua diversidade, os blocos partidários. Isso já me incomodou, porque na hora de definir as comissões, por exemplo, a comissão de comunicação, lá já tem o PT, PCdoB... e como é que fica?! A ideia era contemplar os partidos e não os movimentos e aí observando isso eu comecei a dizer que isso tava errado, e percebi que os movimentos era uma cena por trás da cena, e foi aí que me fortaleço. Dentro do conselho, a maioria era filiada ao partido, eu também era, mas não era por isso que tinha que ficar calado. E começamos a fazer a costura e vimos que tinha maioria que os partidos e nesse caminho a gente começou a ocupar as comissões que... e além disso, conseguimos ter uma pessoa no comitê executivo do conselho e aí toda articulação para conferência em 2011, e agora quando eles iam discutir qual era a pauta, não onde fica os movimentos. Não era mais os partidos que definiam, e geralmente quem definia quem ia ocupar a presidência do conselho eram os partidos, e aí nós nos mobilizamos. Eu lembro que uma pessoa chegou assim e disse assim “aqui a gente tem 10 votos”, e chamou e contou com o meu voto e [eu disse] “E quem lhe disse que o meu voto é seu?! O partido pode ter seus votos, você nem manda na rede, nem manda em mim”. Me levantei da mesa e vi que mais cinco se levantaram também, “o caminho tá certo”. A gente até então fizemos esse caminho e elegemos Gabriel Medina, ele era ligado ao PT e decidimos votar com o fórum nacional de juventude e não num grupo articulado dos partidos e como ele tinha trânsito e as ONG's acabaram vindo, conseguimos eleger Medina (MILITANTE I).

[...] o conselho, lá é outro universo, é outra coisa totalmente diferente do que eu conhecia até hoje. Lá, é um espaço que as coisas, das manhas que eu falei, né?! Traquejos políticos, das negociações, das conciliações, das disputas. O conselho é o melhor exemplo de você ver, trata [de] tudo: disputa política partidária, concessão, acordos bilaterais. Tudo isso tá ali, tudo do movimento juventude. [...] Nesse sentido, eu vejo que eu consigo notar nitidamente como organizado ou não enquanto movimento, por que ali tá os mais... fortalecidos dentro do conselho e quem tá compondo a comissão nacional para conferência para 3º, seja como questão política partidária, seja por pertencer como os Maristas — pertencer a uma organização que tem uma grana, né?! —, seja por ser da mesma tendência do secretário nacional de juventude, seja por um acordo político e aí é nesse sentido [que] alguns ficam escanteado[s]. Embora seja da igreja católica, a PJMP tem outra forma de trabalhar e com a juventude negra é uma outra visão de participação. E, enfim, querendo ou não o espaço de conselho, é também uma vivência de certo privilégio pró movimento juventude e contraditório, né? Porque você defende a participação social, mas algumas pessoas não querem largar o osso de jeito nenhum. Se fala em democracia, mas alguns processos não são democráticos, são acordos políticos partidários, né?! E você que tem formação diferente disso acaba que sofrendo, ou você vai junto, ou você fica invisível, ou faz concessões aqui acolá, acordo aqui e acolá (MILITANTE, D).

Nas falas acima, são narradas situações muito próximas, ou seja, as relações estabelecidas dentro de um instrumento como o Conselho de Política Pública. As relações de poder, os acordos, quem está mais forte, como se dão os jogos de poder no interior do conselho de juventude, como se dão as disputas, os acordos, as decisões. São elementos que ditam quais grupos incidem na política. No primeiro caso, temos um fortalecimento dos movimentos dentro do conselho em que ocorre, a partir de algumas iniciativas, uma mudança de rumos nas relações políticas estabelecidas.

Já na segunda experiência, observa-se um enfraquecimento de alguns movimentos e como as relações de poder estão baseadas nos aspectos de proximidade, poder econômico ou de uma determinada influência. Mesmo assim, as duas contribuições deixam claro que o espaço do CNJ é um espaço de negociação da política de juventude, de debate, de tensão e disputa política muito forte.

Um elemento que destaco na fala da militante “D”, é a percepção o CNJ como um espaço de construção de um conhecimento e aprendizagem política. Abaixo, podemos evidenciar como a atuação da RJNE/PB possibilitou, segundo o colaborador, a formação de espaços de participação política.

[...] a RJNE teve importância singular na articulação, mobilização e discussão sobre as políticas públicas para juventude e especialmente sobre a criação e fortalecimento dos espaços democráticos, a exemplo das conferências e festivais de juventude e da criação e instalação dos conselhos de juventude (estadual e municipais). Conseqüentemente, a Rede contribuiu para ampliação dos direitos destas juventudes, que compreendeu suas especificidades, fortaleceu e uniu as bandeiras e demandas. A criação de gerências, coordenações de juventude municipais é um reflexo desta atuação também, na ampliação dos direitos dos jovens (MILITANTE B).

Não só na fala acima, mas como veremos abaixo, o colaborador confirma como a atuação de um organismo da dimensão da RJNE pôde favorecer a realização de atividades, como a conferência de juventude, na proposição de políticas e ações voltadas para os jovens.

A rede esteve em momentos importantes de construções de conferências, favorecendo a participação dos jovens, assim como na proposição de ações que ampliassem e efetivassem seus direitos. Por estar presente nos conselhos estaduais e na formação política de pessoas que assumiram cargos públicos que poderiam vir ter um outro olhar na gestão de secretarias e programas. A

rede ainda, por chegar ao conselho nacional, tinha ligação direta com a secretaria de juventude e suas ações prioritárias (MILITANTE I).

3.4 Processos formativos

Os processos formativos abaixo descritos representam como nossos colaboradores percebem os momentos de formação vivenciados na RJNE e a importância dada por eles para sua atuação cotidiana enquanto militantes. É possível também verificar a marca da educação popular como prática metodológica, não apenas um discurso, mas uma prática. Mais que um processo educativo, se evidencia numa forma de ler o mundo (FREIRE, 2009). As atividades formativas configuram a construção de uma ótica diferenciada, com uma lente mais apurada na leitura de mundo.

Vê-se, nas falas abaixo, como os colaboradores da pesquisa compreendem suas experiências nas atividades desenvolvidas pela RJNE na Paraíba.

Passei a compreender a importância do trabalho coletivo e em rede na formulação de políticas públicas de/para e com a juventude, bem como a importância da participação efetiva no monitoramento através de conselhos e outros mecanismos (MILITANTE A).

A mudança do olhar sobre a realidade, a compreensão de se trabalhar coletivamente, e ainda mais, de como a necessidade de monitoramento pela presença nos espaços como conselhos, colegiados e fóruns é necessária para o acompanhamento das políticas públicas. Na fala a seguir, destaca-se a importância da educação popular como método. Mais que uma ferramenta, é uma escolha política, como disse nosso colaborador, “uma formação direcionada” que tinha um objetivo, um sentido que buscou favorecer a integração, o fortalecimento de vínculos e o compartilhamento de saberes.

Os processos de formação eram bem direcionados, com uma metodologia de educação popular que favorecia a participação mais ampla e democrática, assim como uma fácil interação dos jovens envolvidos, criando assim fortes relações de fraternidade e afetividade. Levando os jovens envolvidos ao empoderamento das estratégias de luta por efetivação das PPJ's. Favorecendo a troca de experiências e criação de articulações dos diversos saberes e identidades juvenis em seus campos de atuação (MILITANTE B).

A fala abaixo demonstra não só o processo formativo em si, mas a pluralidade de grupos que participavam desses momentos de formação garantindo assim uma diversidade e riqueza na construção dos saberes ali apresentados, conforme podemos perceber:

Estas formações promoviam o intercâmbio, a visibilidade e fortalecimento das bandeiras de luta de cada segmento (juventude do campo, juventude de terreiro, juventude negra, juventude indígena, com deficiências...), enfim, era momento de sentarmos e falarmos por nós mesmos! Particpei de diversos momentos, dialogando sobre as políticas públicas, programas de governo (Agente Jovem, Projovem), ficando velha! (MILITANTE C).

Para Gohn (2010), os movimentos sociais apresentam, em sua composição, aspectos educativos, e em suas atividades buscam redefinir agendas e suas relações com os espaços públicos, articulando saberes visando fortalecer seu poder de controle social. As atividades empreendidas pela RJNE, principalmente as de caráter formativo, têm um sentido prático, que é a formação para atuação nos diversos espaços de participação da sociedade. Como podemos ver abaixo:

[...] ela faz o papel de levar para o jovem o conhecimento a forma de intervenção tanto na área política como no meio social. Faz com que o jovem seja protagonista de sua própria história através deste mecanismo de participação (MILITANTE E).

[...] com formação da metodologia da educação popular que foi muito interessante para fortalecer a rede. Eu acho porque a educação popular participa todo mundo, todo o processo como educando como educador e isso foi muito bom, ora eu estava como formador, ora estava como educando, isso muita gente na rede cada um na sua área. Os movimentos [de] mulheres faziam uma fala, faz[iam] uma palestra, um curso, um filme para formar na área cultural. Sobre o meio ambiente que era o pessoal do brejo (MILITANTE, G).

Para Baquero e Baquero (2014), os processos de formação cidadã voltados para a juventude configuram um aspecto relevante na formação humana dos jovens. A aquisição de habilidades cívicas pressupõe uma abertura para participação social e política, estabelecendo valores e práticas democráticas. Eventos formativos, festivais, oficinas, seminários, debates contribuem para a formação de uma nova cultura política baseada em laços de solidariedade e de respeito ao outro. Ampliando horizontes, tornando possível o acesso a novos conhecimentos, a instrumentos de leitura e intervenção na sociedade. Os processos de formação da Rede, a partir da educação popular, foi muito importante e

contribuiu muito para os processos de organização da juventude do Nordeste, conforme um dos entrevistados (MILITANTE J).

Gohn (2009), ao tratar a relação entre os movimentos sociais e a educação, diz que essa relação não é nova, que o caráter educativo dos movimentos sociais e políticos pressupõe pensar uma educação para além do espaço formal. A autora afirma que esse aspecto educativo ocorre de várias formas, entre elas, aquilo que ela denomina de dimensões: organização política; da cultura política; espaço temporal.

Na dimensão da cultura política, a autora afirma que a atuação cotidiana e o acúmulo de experiência, por meio das atividades, seminários, debates e oficinas, possibilitam aos indivíduos construir uma leitura de sua realidade. Assim aprende-se a

Acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. A criar códigos específicos para solidificar mensagens, tais como músicas, folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados (GOHN, 2009, p. 19).

Uma última categoria apresentada pela autora é a dimensão espaço-temporal. Para ela, o acúmulo dos conhecimentos pelos indivíduos propicia o desenvolvimento de uma certa consciência, adquirida por meio de atividades que contribuem para que eles aprendam a problematizar sua história, levando-os ao reconhecimento de suas condições de vida, e passem a lutar por mudanças. Assim, como aspecto da cultura política, as formações desenvolvidas pela RJNE assumem um caráter de formação de uma nova cultura política, como citei anteriormente, baseada em novos laços de solidariedade, de participação democrática.

Já a noção de tempo/espaço é um elemento vivenciado de uma forma, a meu ver, diferenciada, uma vez que, por se tratar de jovens, o aspecto temporal tem um peso aparentemente maior. Como já disse anteriormente, o termo juventude carrega um feixe de significados (PAIS, 1990) e por isso é preciso ter certo cuidado. O tempo do jovem é diferente para o adulto. Se levado em consideração o aspecto cronológico do que é ser jovem, o elemento etário influencia no seu processo de desenvolvimento, responsabilização e nos ritos de passagem. Abramo (1994) nos diz que a juventude é entendida em sua noção mais comum, por referir-se a um período da vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo. Ou seja, uma série de mudanças

psicológicas e sociais ocorrem quando o/a jovem abandona a infância para processar a sua entrada no mundo adulto. Todavia, a dimensão espacial também é um componente que causa uma certa diferenciação, pois a juventude do campo tem outras especificidades, apesar de existir uma tentativa de globalização da juventude (FEIXA; NILAN, 2009).

4 Considerações finais

Refletir sobre a Rede de Jovens do Nordeste a partir dos significados que seus membros atribuem às suas experiências serviu para perceber não só avanços, mas também os limites que uma organização ou movimento social pode ter.

Dentre estes elementos que considero pertinentes, está a ocupação dos espaços públicos, ou seja, de gestão de políticas públicas. Por mais que não tenha sido possível identificar que a RJNE tenha essa finalidade, de formar seus membros para este objetivo, as experiências adquiridas servem como base para perceber o funcionamento da máquina burocrática, da dificuldade em fazê-la alcançar os mais pobres e excluídos, propondo alternativas para superar as desigualdades.

Outro elemento que destaco é a importância da formação na vida pessoal desses indivíduos, possibilitando o alargamento de seus horizontes na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Talvez a maior contribuição deixada pela RJNE seja esse alargamento da compreensão da política, das relações de poder, dentro e fora do campo de atuação, as disputas, divergências e práticas autoritárias também presentes no campo da esquerda.

Ainda sobre elementos que apresentam um caráter significativo está o processo de articulação em rede, garantindo horizontalidade e maior participação de seus membros, contribuindo assim para a difusão de uma nova cultura política baseada na participação democrática e na construção coletiva. Todavia é um formato que apresenta dificuldades em sua construção em virtude de congregar diferentes concepções de organização, conter conflitos, divergências, distorções, tentativas de sobrepor o princípio democrático.

Por último, não menos importante que os demais, destaca-se o caráter educativo da Rede de Jovens do Nordeste, nesse aspecto suas ações contribuem não só na formação política, mas na formação humana, criando laços de solidariedade e espaços de trocas de

saberes, baseados em uma lógica da educação popular com forte inspiração no método de Paulo Freire.

Quanto aos limites, acredito que os aspectos mais estruturantes em relação a sua organização, vão desde o aspecto da organicidade até o fator financeiro, passando pelo envolvimento das entidades que constituem a RJNE. Esses aspectos tornam-se características desestabilizadoras da ação da RJNE, sendo necessário rever estratégias de modo a contornar esses entraves.

Lembrar que como expus durante o trajeto, há necessidade de compreender a participação política como um processo e não como algo estanque. Ela exige uma continuidade (DEMO, 1999) que é cada vez mais fruto da conquista de cidadãos e cidadãs.

É importante destacar que de todas as concepções em torno do que se entende por juventude, ou juventudes, precisam levar em consideração algumas questões: a primeira delas é que, seja ela compreendida ou não como fase da vida, ela sempre será uma fase, momento, estágio. Não se vive a juventude para sempre, assim como não se vive a velhice para sempre. O que é preciso ter em mente é que existem maneiras distintas de vivenciar a juventude, além dos estereótipos midiáticos e consumistas. Não são suas atitudes que dizem se o sujeito é jovem ou não. A “juvenilização da sociedade”, citada por Escudero (2012), não te faz jovem, mas sim produto de uma política comercial que vende uma imagem de aceitação a partir do ideal de juventude. Pensar que esse ideal está baseado em uma lógica de vitalidade = jovem = aceitação, trata-se, na verdade, do resultado dessa lógica comercial desenfreada.

Ainda sobre a ideia de juventude, uma coisa que precisa ser pensada é como essa noção de moratória ou de passagem à adulez, como cita (MULLER, 2009), influencia na construção diária dos indivíduos. A moratória é um conceito que talvez não se aplique a todas as realidades, seria mais interessante, talvez, pensar quais elementos podem definir se você é adulto ou não.

Os problemas dos jovens não são apenas dos jovens, mas da sociedade. Afinal, esses jovens estão inseridos em um contexto, em uma sociedade, e isso é preciso ser levado em consideração. As políticas públicas de juventude não beneficiam os jovens apenas, mas o conjunto da sociedade na qual essa juventude está situada. A educação de

qualidade e as oportunidades de lazer, o acesso a bens culturais em geral, contribuem não só no aspecto individual, mas coletivamente.

Assim, a Rede de Jovens no Nordeste assume o debate em que a juventude está compreendida entre 15 e 29 anos, marco oficial da juventude no Brasil. Mas vai além do aspecto etário, entendendo a juventude como uma construção social, em que o jovem se encontra em um período de formação de sua identidade, com necessidades específicas e que precisa de atenção.

Quanto ao entendimento sobre o que os membros da RJNE compreendem sobre a distinção entre a participação política e social, não fica evidente em suas falas. Percebo que o discurso da participação política é mais presente, até mesmo o da participação no seu sentido amplo. Considerando que o ato de participar é estar envolvido em movimentos sociais, em grupos, em espaços partidários, em espaços institucionais ou não, é dialogar sobre os problemas locais, com poder público, buscando influir na solução de problemas na sociedade. Faz-se necessário, portanto, perceber a participação sob diversos aspectos, assim compreendendo que a participação pode ocorrer enquanto mobilização, articulação, pressão, ou por meio da aprendizagem dos mecanismos de poder. Na atuação contra os poderes instituídos, na valorização de uma democracia mais horizontal, sobre a distinção e hierarquização ou não de partidos e movimentos.

O exercício da participação ocorre também na tentativa de maior autonomia, nas relações entre os próprios jovens, entre os jovens e os adultos, incluindo os espaços institucionais: local de aprendizagem da negociação, de exercitar a capacidade e as formas de liderança. Participação presente também nas experiências de gestão pública: na aprendizagem dos mecanismos burocráticos, na percepção dos entraves aos mais excluídos, com a invenção de instrumentos mais viáveis de participação, na compreensão dos limites burocráticos.

A participação, para RJNE, diz respeito à formação de sujeitos políticos mais complexos e com capacidades de atuação em diversas instâncias; na aprendizagem do jogo político e das lógicas burocráticas; percepção das dificuldades em construir organizações, Estado e sociedade mais democráticos; percepção das dificuldades da gestão pública.

Lembrar também que nem só de participação vive a RJNE, mas da formação de indivíduos que ao passar pela rede exercitam suas capacidades reflexivas, e essa trajetória ajuda na constituição enquanto membros de uma determinada sociedade que exige novas práticas.

Assim, os jovens avaliam que ao passar pela Rede aprenderam a ser mais humanos, a respeitar as diferenças, a conviver com elas. A serem tolerantes, passam a entender que não importa o credo, a raça e/ou etnia, a orientação sexual, o espaço em que vivem, ou a ocupação, se pescador ou agricultor, nada disso os torna diferentes, muito menos superiores. Mas sim os fazem mais ricos por conta de sua diversidade.

Referências

ABRAMO, Helena Wendell. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo; BAQUERO, Marcelo. Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido. **Debates**, Porto Alegre, v. 6 n. 2, p 59-82, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 150, p. 1-4, 6 ago. 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1999.

ESCUADERO, Andreia Perroni. Geração X: adultos infantilizados - uma análise do fenômeno. **Dito Efeito**. Curitiba, ano 3, n. 3, p. 1-14, 2012. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/2133/2048>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FEIXA, Carlos. NILAM, Pam. Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 31, p. 13-28, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2009.

GONH, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

- GONH, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GROPPO, Luiz Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventude modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 5-14, 1997.
- MÜLLER, Elaine. Repensando a problemática da transição à adultez: contribuições para uma antropologia das idades. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 31, p. 107-125, 2009.
- OLIVEIRA, Adailson Regis de. **A participação política juvenil**: uma análise das experiências de jovens na rede de jovens do nordeste. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- PAIS, Machado. A construção sociológica da Juventude: alguns contributos. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.
- RJNE, Rede de Jovens do Nordeste. **Carta de princípios**, 2010. Material gráfico disponibilizado pela RJNE/PB.
- RJNE, Rede de Jovens do Nordeste. **Metodologia de trabalho de, para e com a juventude**. Recife: LM Gráfica, 2008.
- RJNE, Rede de Jovens do Nordeste. **Vivi e contei**: experiências da Rede de Jovens no Nordeste. Recife: L&M Gráfica, 2007.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, Agnaldo dos; SERAFIM, Lizandra; PONTUAL, Pedro. Os movimentos sociais e sua relação com os canais institucionais. **Observatório dos Direitos do Cidadão**/Equipe de Participação Cidadã Instituto Pólis. Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/512/512.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- SOUZA JUNIOR, Pedro. Rede de Jovens: uma experiência de protagonismo juvenil no Nordeste. *In*: RJNE, Rede de Jovens do Nordeste. **Vivi e contei**: experiências da Rede de Jovens no Nordeste. Recife: L&M Gráfica, 2007, p. 7-11.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo, Cortez: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

Recebido em: 31/08/20.

Aceito em: 13/10/20.